

Ontem, Brasil

GAZETA MERCANTIL

04 JUL 1989

não pagou aos credores

por Cláudia Safatle
de Brasília

A suspensão parcial dos pagamentos de juros e da remessa de lucros, dividendos e repatriação de capitais para o exterior deverá produzir uma elevação, neste mês de julho, de algo próximo a US\$ 1 bilhão nas reservas cambiais brasileiras, que estavam, na última sexta-feira, em torno de US\$ 5,6 bilhões e cuja meta do governo, agora, é elevá-las para um patamar bastante confortável nos próximos meses, algo superior a US\$ 7 bilhões.

(O Brasil transferiu a maior parte de suas reservas para o Banco de Compensações Internacionais — BIS, de Basileia, na Suíça.)

O governo evita a palavra "moratória" para qualificar a centralização do câmbio decretada na sexta-feira última pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, que ontem passou telex para a comunidade financeira internacional explicando as razões das medidas cam-

biais providenciadas pelo governo.

Mas é uma suspensão dos pagamentos ao exterior que só não abrangerá as linhas de curto prazo e as linhas de comércio, e tem como um dos focos principais frear a saída de dólares do País pela acelerada remessa de lucros, dividendos e repatriação de capitais das empresas estrangeiras que operam no Brasil. Para um total de US\$ 1,8 bilhão que saiu do País em todo o ano de 1988 a título dessas remessas, de janeiro a junho últimos foram remetidos US\$ 2 bilhões, o suficiente para a equipe econômica do governo trabalhar com a tendência de não liberar mais essas saídas de divisas ao longo deste ano.

"O que as empresas tinham que remeter já o fizeram e, em muitos casos, esses recursos voltaram pelo mercado de câmbio paralelo", disse a este jornal uma fonte qualificada do governo, assinalando que ontem mesmo as remessas de lucros e dividendos foram suspensas, assim como os demais pagamentos ao exterior. A informação foi confirmada pelo Banco Central (BC).

Trata-se, assim, de uma suspensão dos pagamentos concebida de uma maneira bastante engenhosa: 1) foi uma suspensão preventiva definida com reservas cambiais correspondentes a cerca de três meses e meio de importações, ao contrário da moratória de 1987, decretada quando as reservas tinham caído para o patamar de US\$ 3,4 bilhões; 2) não foi uma suspensão de pagamentos realizada de maneira "confrontacionista", ao contrário, no telex enviado à comunidade financeira internacional o ministro da Fazenda não fala em moratória; 3) e, por fim, traz embutido um aumento de reservas não inflacionário, já que os cruzados correspondentes aos pagamentos serão recolhidos ao Banco Central.

A combinação de taxas de juro nominais elevadas, internamente, com a mididesvalorização cambial de 11,98%, que vigorou a partir de ontem, deverá gerar um movimento de fechamento das operações de câmbio para exportação (ontem foram fechados US\$ 330 milhões, ver maté-

Ontem, Brasil...

por Cláudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

mês de julho está sendo caracterizado como "um mês de observação".

Se do lado externo a expectativa dos técnicos do governo é de que as medidas cambiais decretadas resultem em efeitos bastante positivos e com uma boa recuperação de reservas internacionais, o mesmo otimismo não pode ser creditado às fontes oficiais no "front" interno. Os efeitos de uma mididesvalorização cambial sobre a inflação certamente serão inferiores aos sofridos quando da mididesvalorização de 30% implementada pelo governo em 1983, mas existem e não são desprezíveis.

Há uma diferença entre as duas desvalorizações cambiais, numa direção positiva: em 1983 foi uma máx de 30% para uma inflação próxima de 10% ao mês, ao contrário desta mídi, de 11,98% para uma inflação de 24,83%, e, além disso, a relação Produto Interno Bruto (PIB) - importações era de cerca de 9% em 1983 e hoje é de apenas 6%, com efeitos de custos menores, portanto, para a economia como um todo.

Por outro lado, há uma distinção entre as duas desvalorizações cambiais

também no sentido negativo: em 1983 a economia não era plenamente indexada como hoje, fazendo com que agora qualquer alteração num preço importante, como é o câmbio, tenda a se espalhar por todos os de- mais preços.

Tecnicamente, não é previsível uma pressão da mididesvalorização cambial sobre os preços de junho, cuja taxa de inflação pode situar-se entre 28 e 30%. Isso porque já se passaram quinze dias de coleta de Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e, entre a mídi e seu repasse aos custos dos produtos finais, estima-se um intervalo de cerca de dez dias. A expectativa se volta, dessa forma, para o IPC de agosto.

Nesse intervalo de tempo, até agosto, é possível que o ministro da Fazenda busque acelerar entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), na trilha de um acordo que viabilize o ingresso de pouco mais de US\$ 3,5 bilhões ainda neste ano. Não está descartada a hipótese de Mailson Ferreira da Nóbrega viajar ao exterior para um encontro com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, embora por enquanto não exista nata agendado pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

GAZETA MERCANTIL

(Continua na página 20)